# Demonstrações Contábeis

Coruripe Energética S.A.

31 de março de 2019 com Relatório do Auditor Independente

# Demonstrações contábeis

31 de março de 2019

# Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	



Centro Empresarial Queiroz Galvão

Torre Cícero Dias Rua Padre Carapuceiro, 858, 8º andar, Boa Viagem 51020-280 - Recife, PE, Brasil

Tel: (55 81) 3201-4800 Fax: (55 81) 3201-4819 www.ey.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Coruripe Energética S.A.** Iturama - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Coruripe Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 21 de junho de 2019

**ERNST & YOUNG** 

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Henrique Piereck de Sá

Contador CRC PE023398/O-3

Balanço patrimonial 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.197	238
Contas a receber de clientes		1.006	-
Estoques		287	337
Tributos a recuperar		55	192
Partes relacionadas	4	-	24.579
Total do ativo circulante	<del>-</del>	2.545	25.346
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	4	24.127	-
Tributos a recuperar		75	134
Imobilizado	5	11.137	11.070
Total do ativo não circulante	<del>-</del>	35.339	11.204
Total do ativo	=	37.884	36.550
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		226	656
Salários e encargos sociais		243	233
Tributos a recolher	6	2.627	2.212
Dividendos propostos	8	9.421	3.980
Partes relacionadas	4	-	185
Total do passivo circulante	- -	12.517	7.266
Patrimônio líquido	_		
Capital social	8	11.211	11.211
Reservas de lucros	<u>-</u>	14.156	18.073
Total do patrimônio líquido	_	25.367	29.284
Total do passivo e patrimônio líquido	_	37.884	36.550

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	9	60.039	30.272
Custo de geração de energia elétrica e vapor	10 _	(21.102)	(13.954)
Lucro bruto		38.937	16.318
Receitas (despesas) operacionais Despesas gerais e administrativas Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10 10 _	(89) (22) (111)	(179) 24 (155)
Lucro antes do resultado financeiro		38.826	16.163
Resultado financeiro Despesas financeiras Receitas financeiras	11 11 _	(41) 1.248 1.207	(22) 1.185 1.163
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		40.033	17.326
Imposto de renda e contribuição social	7	(2.349)	(1.406)
Lucro líquido do exercício	=	37.684	15.920

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	37.684	15.920
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	37.684	15.920

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					
<u>-</u>	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2017	11.211	2.242	3.891	17.219	-	34.563
Aprovação de dividendos de exercícios anteriores (Nota 8 b) Lucro líquido do exercício Destinação do lucro:	-	-	-	(17.219) -	- 15.920	(17.219) 15.920
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 8 b) Dividendos adicionais propostos	-	-	-	- 11.940	(3.980) (11.940)	(3.980)
Saldos em 31 de março de 2018	11.211	2.242	3.891	11.940	-	29.284
Aprovação de dividendos de exercícios anteriores (Nota 8 b) Distribuição de dividendos intercalares (Nota 8.b) Lucro líquido do exercício Destinação do lucro:	- - -	- - -	- - -	(11.940) - -	(20.240) 37.684	(11.940) (20.240) 37.684
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 8 b) Dividendos adicionais propostos	<u>-</u>	- -	-	8.023	(9.421) (8.023)	(9.421)
Saldos em 31 de março de 2019	11.211	2.242	3.891	8.023	-	25.367

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas	2019	2018
Atividades operacionais Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social ao caixa:		40.033	17.326
Juros e variações monetárias, líquidas		(459)	-
Depreciação	5	3.625	4.332
		43.199	21.658
(Acréscimo ) decréscimo de ativos		(4,000)	
Contas a receber de clientes Estoques		(1.006) 50	(41)
Tributos a recuperar		(130)	(185)
Tributios a recuperar		(130)	(100)
Acréscimo (decréscimo) de passivos			
Fornecedores		(430)	(113)
Salários e encargos sociais		9	10
Tributos a recolher	_	54	(342)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(1.453)	(671)
Imposto de renda e contribuição social pagos	_	(1.866)	(1.187)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	_	39.880	19.800
Atividades de investimento			
Aplicação no imobilizado	5	(3.692)	(3.447)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	_	(3.692)	(3.447)
Attributes de Considerante			
Atividades de financiamento Dividendos pagos		(11.581)	(24.000)
Concessão de mútuo a partes relacionadas		(28.031)	(24.000)
Amortização de mútuos com partes relacionadas		(185)	_
Recebimento de mútuos com partes relacionadas		4.568	_
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<del>-</del>	(35.229)	(24.000)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		959	(7.647)
Caixa e equivalentes de caixa		000	7.005
No início do exercício		238	7.885
No fim do exercício	_	1.197 959	(7.647)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	_	909	(7.647)

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 1. Contexto operacional

A Coruripe Energética S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede em lturama no estado das Minas Gerais, constituída em 8 de novembro de 2001, e iniciou suas operações em setembro de 2002. Tem como objeto social exclusivo a produção e comercialização de energia elétrica, vapor d'água e todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica, bem como a compra de bagaço de cana-de-açúcar ou outras matérias-primas, de qualquer natureza, que sejam utilizadas na produção de energia.

### Autorizações ANEEL

As Resoluções nº 11, de 11 de janeiro de 2002, e nº 1.363, de 13 de maio de 2008, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizaram a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica. A energia elétrica produzida pela Companhia é destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996. As autorizações vigorarão pelo prazo de 30 (trinta anos), contados a partir da data de publicação das resoluções, podendo ser prorrogadas a critério da ANEEL e a pedido da autorizada.

Atualmente, a Companhia possui capacidade instalada para geração de 54 MW, sendo 24 MW na matriz em Iturama e 30 MW na filial de Campo Florido, operando com três unidades turbo geradoras a vapor, em ciclo térmico convencional de cogeração, utilizando como combustível o bagaço de cana-de-açúcar e tendo como insumo energético complementar o vapor de alta pressão, ambos supridos pela parte relacionada S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool. A Companhia está instalada na planta da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool, que é seu fornecedor exclusivo de matéria-prima.

Em 16 de janeiro de 2018, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE aprovou a Companhia como agente da instituição, na categoria Geração, Classe Produtor Independente. Na modalidade anterior, a Companhia estava modelada abaixo de um agente. A aprovação do cadastro da Companhia pela CCEE como Agente Comercializador direto de energia abriu uma série de oportunidades comerciais com possibilidades de alavancar as margens.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada dia 21 de junho de 2019.

#### 2.1. Reconhecimento de receita

Política aplicável a partir de 1º de abril de 2018

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

### 2.1. Reconhecimento de receita--Continuação

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de suprimento da Companhia proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE — Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

#### 2.2. Tributação

### Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os quais são contabilizados pelo princípio de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurados nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018, tendo por base o "lucro presumido", mediante aplicação das respectivas bases de presunção (IRPJ: 8% e CSLL: 12%) e correspondentes alíquotas (IRPJ: 15% + adicional de 10% e CSLL: 9%).

#### Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

### 2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de março de 2019, a Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

- 2.3. Instrumentos financeiros--Continuação
  - a) Ativos financeiros--Continuação

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria são caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) contas a receber de clientes e partes relacionadas (Nota 4).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A adoção do CPC 48 alterou a forma como as empresas contabilizavam as perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada para o futuro. O CPC 48 exige que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. A administração revisou o cálculo de valor recuperável de seus ativos financeiros e não julgou necessário constituir qualquer provisão por redução ao valor recuperável de seu contas a receber de clientes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

### 2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

### b) Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia são as contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e dividendos propostos.

### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.5. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Imobilizado--Continuação

Depreciação é calculada de forma linear, ao longo da vida útil estimada dos bens, considerando as taxas demonstradas na Nota 5.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### 2.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja "provável". Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

### 2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

### 2.7. <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos</u>--Continuação

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### **Tributos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

### 2.8. <u>Demonstrações dos fluxos de caixa</u>

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia, quando aplicável, apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

### 2.9. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

### CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

Em vigor desde 1º de janeiro de 2018 (com efeitos a partir de 1º de abril de 2018 para a Companhia), o CPC 48 substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças trazidas pela nova norma foram: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento do CPC 38 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos desta nova norma.

Com base na sua aplicação, a Companhia concluiu que o impacto do CPC 48 sobre suas demonstrações contábeis referiu-se à mudança de classificação dos instrumentos financeiros conforme demonstrado a seguir:

Ativo/Passivo financeiro	Cassificação anterior de acordo com CPC 38 (até 31/03/2018)	Cassificação atual de acordo com CPC 48 (31/03/2019)
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Ativos mantidos até o vencimento	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

### 2.9. Adoção de novos pronunciamentos contábeis--Continuação

### CPC 47 - Receita de contratos com clientes:

O CPC 47, em vigor desde 1º de janeiro de 2018 (com efeitos a partir de 1º de abril de 2018 para a Companhia), estabelece um modelo simples para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituiu o antigo guia de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

De acordo com os requerimentos do pronunciamento, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelece um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. Esta mudança não apresentou impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia (vide nota 2.1).

### 2.10. Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

### CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Emitida em 13 de janeiro de 2016 e vigorando a partir de 1º de janeiro de 2019 (com efeitos a partir de 1º de abril de 2019 para a Companhia), estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.10. Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

#### CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia avaliou o pronunciamento, e espera que sua adoção não causará impactos materiais nestas demonstrações contábeis.

# 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Bancos conta movimento	1.197	238
	1.197	238

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

### 4. Partes relacionadas

		2019	2018
Ativo circulante			
Adiantamento de dividendos	(c) _	•	24.579
	_	-	24.579
Não circulante Mútuo			
S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool	(b)	24.127	-
, ,	=	24.127	-
Passivo circulante Mútuo			
C. Engenharia S.A.		-	185
-	_	-	185
Demonstração do resultado			
Venda de vapor	(a)	5.126	5.278
Compra de bagaço de cana-de-açúcar	(a)	(4.228)	(4.498)
Compra de vapor	(a) _	(898)	(782)
		-	(2)

- (a) A Companhia possui contrato de compra e venda firmados com sua controladora S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool em que a Companhia compra bagaço de cana-de-açúcar "in natura" e vende vapor, com vigência até 31 de março de 2023, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes. Os preços foram determinados entre as partes e são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M acumulada do período;
- (b) Refere-se a contrato de mútuo firmado com a controladora S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool, com incidência de juros de 7,7% a.a., sendo reconhecido IOF nas operações de crédito;
- (c) Refere-se à adiantamentos por conta de dividendos futuros, os quais foram compensados com a distribuição de dividendos de exercícios anteriores e dividendos intercalares do exercício atual aprovados em Assembleia de acionistas;
- (d) A Companhia possui contrato de cessão gratuita de alguns bens móveis e áreas de planta industrial da controladora S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool, na unidade de Iturama, que permanecerá em vigor até dezembro de 2022 e na unidade de Campo Florido, que permanecerá em vigor até dezembro de 2037, que são utilizados como instalações da Companhia para execução do seu negócio de geração de energia elétrica.

Em 31 de março de 2019 e 2018 não houve pagamento de remuneração à administração efetuado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 5. Imobilizado

# a) Composição dos saldos

			2019		2018
	Taxa médias de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço				•	
Edificações	7	85	(45)	40	42
Benfeitorias	2	1.675	(781)	894	942
Máquinas e equipamentos	5	50.509	(44.060)	6.449	6.353
Instalações	6	1.651	(1.289)	362	327
Móveis e utensílios	10	22	(9)	13	3
Manutenção relevante	100	17.168	(15.765)	1.403	-
	_	71.110	(61.949)	9.161	7.667
Imobilizado em andamento	-	78	-	78	903
Adiantamento a fornecedores	-	7	-	7	7
Manutenção relevante em formação	-	1.891	-	1.891	2.493
	_	73.086	(61.949)	11.137	11.070

# b) Movimentação dos saldos

	Saldo em 2018	Adições	Depreciação	Transferências	Saldo em 2019
Edificações	42	_	(2)	_	40
Benfeitorias	942	-	( <del>4</del> 8)	-	894
Máquinas e equipamentos	6.353	141	(8 <del>5</del> 7)	812	6.449
Instalações	327	-	(23)	58	362
Móveis e utensílios	3	11	`(1)	-	13
Manutenção relevante	-	1.604	(2.694)	2.493	1.403
Imobilizado em andamento	903	45	•	(870)	78
Adiantamento a fornecedores	7	-	-	` -	7
Manutenção relevante em formação	2.493	1.891	-	(2.493)	1.891
•	11.070	3.692	(3.625)	-	11.137

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

### 6. Tributos a recolher

	2019	2018
IRPJ	136	14
CSLL	66	46
IOF	2.358	2.111
Outros	67	41
	2.627	2.212

# 7. Imposto de renda e contribuição social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social relacionada aos exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 está reconciliada às alíquotas nominais, como segue:

	20	19	20	18
_	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta de vendas (Nota 9)	63.271	63.271	32.403	32.403
Percentual de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	5.062	7.593	2.592	3.888
Receitas financeiras (Nota 11)	1.248	1.248	1.185	1.185
	6.310	8.841	3.777	5.073
Parcela de dedução	(240)	-	(240)	-
Base de cálculo do lucro presumido	6.070	8.841	3.537	5.073
Despesa contabilizada de IRPJ e CSLL	(1.553)	(796)	(931)	(475)
Alíquota efetiva	26%	9%	26%	9%

# 8. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de março de 2019 e 2018, o capital social integralizado no valor de R\$ 11.211 está representado por 30.465 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 368,00 cada, distribuído da seguinte forma:

	31/03/2019		31/03/2018	
Acionista	Ações	%	Ações	%
S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool	30.465	100,00%	-	-
S.M. Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	10.155	33,33%
R.W. Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	10.155	33,33%
V.W. Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	10.155	33,33%
	30.465	100,00%	30.465	100,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

### 8. Patrimônio líquido--Continuação

### a) Capital social--Continuação

Em 13 de março de 2019, a administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o Instrumento Particular de Dação em Pagamento e Outras Avenças, que transferiu a totalidade das ações da Companhia para a S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool, mediante amortização de parte da dívida existente entre S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e a Coruripe Holding S.A..

### b) <u>Destinação dos lucros</u>

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei, havendo a possibilidade de a administração declarar distribuição de dividendos intermediários e intercalares.

A administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos, referente aos exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício (-) Reserva legal - 5% (*)	37.684	15.920
(-) Reserva legal - 5% ( ) Base de cálculo para dividendos	37.684	15.920
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(9.421)	(3.980)

<sup>(\*)</sup> Em 31 de março de 2019 e 2018, o valor da reserva legal atingiu o limite máximo estabelecido em Lei divulgado no item "c 1"

Em 12 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação dos lucros do exercício findo em 31 de março de 2017, incluindo o montante de R\$ 17.219, correspondente aos dividendos adicionais ao mínimo obrigatório daquele exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 8. Patrimônio líquido--Continuação

### b) Destinação de lucros--Continuação

Em 16 de agosto de 2018, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação dos lucros do exercício findo em 31 de março de 2018, incluindo o montante de R\$ 3.980, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 11.940, correspondente aos dividendos adicionais ao mínimo obrigatório daquele exercício, mediante compensação com saldos de adiantamentos de dividendos realizados ao longo do exercício.

Em 11 de março de 2019, a administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, adiantamento de dividendos aos seus acionistas, no montante de R\$ 20.240, mediante compensação com saldos de adiantamentos de dividendos realizados ao longo do exercício.

	2019	2018
Saldo inicial (Nota 4)	24.579	23.538
Compensação:		
Com dividendos mínimos obrigatórios Com dividendos adicionais aprovados	(3.980) (32.180)	(5.740) (17.219)
Adiantamento de dividendos	11.581	24.000
Saldo final (Nota 4)	-	24.579

### c) Reservas de lucros

### i) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

### ii) Retenção de lucros

O saldo de lucros acumulados remanescente está disponível para destinação pelos acionistas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 9. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita bruta		
Receita de geração de energia	45.437	27.125
Receita de revenda de energia	12.708	-
Receita de geração de vapor	5.126	5.278
	63.271	32.403
Deduções da receita bruta:		
Impostos sobre as vendas	(3.232)	(2.131)
·	(3.232)	(2.131)
	60.039	30.272

# 10. Custos e despesas operacionais

	2019	2018
Custos e despesas por função:	(42.442)	(40.054)
Custo de geração de energia elétrica e vapor	(13.113) (7.989)	(13.954)
Custo de revenda de energia Despesas gerais e administrativas	(89)	- (179)
Outras receitas operacionais, líquidas	(22)	24
Oditas receitas operacionais, inquidas	(21.213)	(14.109)
	2019	2018
Custo de geração de energia elétrica e vapor		
Matéria-prima	(4.964)	(4.943)
Energia - Revenda	(7.989)	-
Depreciação	(3.625)	(4.332)
Serviços de terceiros	(1.058)	(1.013)
Pessoal	(1.048)	(1.021)
Taxas de distribuição	(1.696)	(1.627)
Impostos Material de consumo	(137) (585)	(117) (901)
Material de Consumo	(21.102)	(13.954)
	(21.102)	(13.934)
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	(42)	(144)
Pessoal	(4)	(3)
Impostos	(21)	(19)
Material de consumo e outros	(22)	(13)
	(89)	(179)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.5)	
IOF sobre contrato de mútuo	(22)	-
Reversão de provisão	- (62)	24
	(22)	24

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 11. Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Despesas financeiras	·	
Outras despesas financeiras	(41)	(22)
	(41)	(22)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.248	1.185
	1.248	1.185
	1.207	1.163

# 12. Compromissos

A Companhia possui contratos para venda de energia, nas seguintes quantidades de MWh/ano:

Ano	Quantidade em MWh
Safra 2019/2020	315.865
	315.865

# 13. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

### a) <u>Instrumentos financeiros</u>

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, dividendos propostos e partes relacionadas.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de março de 2019 e 2018 não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 13. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

Ao longo do exercício a Companhia possui contas a receber de clientes e disponibilidades que resultam diretamente de suas operações. A Companhia não contrata transações com derivativos. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Considerando que a Companhia está inserida na cadeia de comercialização de energia elétrica, a ocorrência desse risco pode manifestar-se, dentre outras formas, eventualmente através da regulamentação da política de preços por parte de órgãos reguladores. Essa possibilidade é considerada remota na opinião da administração.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de março de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

# 13. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

### Risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo principal a utilização de recursos oriundos apenas do seu fluxo de caixa operacional, deixando para recorrer a empréstimos bancários de longo prazo apenas quando os seus fluxos de caixa operacionais forem insuficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa e financiamento.

# 14. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros, contratado de forma conjunta com a parte relacionada S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool, contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo no montante de R\$ 624.000 (2018: R\$ 561.000).

O valor dos seguros contratados em 31 de março de 2019 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

\* \* \*